

ÉTICA, DO HABITAR E TRABALHADORES SEM TETO: desafio metodológico

Doraci Alves LOPES*

RESUMO

O objetivo da discussão é explicitar a metodologia de pesquisa elaborada para interpretar a cultura e ética do habitar de trabalhadores sem teto, em conflito permanente com a dinâmica da habitação provisória, especialmente dramática em países como o Brasil, porém, historicamente silenciadas. Trata de sintetizar uma construção de análise que não pode recorrer a um saber acadêmico consagrado das ciências sociais, que relacione o tema da habitação com cultura e ética do habitar.

Palavras chaves: trabalhadores sem teto; modo de vida; habitação provisória; poder; cultura; casa; ética do habitar.

ABSTRACT

The main objective of the present discussion is to point out a research methodology in order to focus inhabit culture and ethics of homeless workers. These inhabit culture and ethics are in a constant struggle with the dominant inhabit policy, which agravatte even more a temporary way of life that is specially

(*) Doutora em Sociologia pela USP/1997, Professora do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

dramatic in countries like Brazil where these demands stay out of the public agenda. The purpose is to sum up some main issues on these analysis which aggregates thêmes like inhabit, inhabit culture and ethics, that is a research field still lacking attention from Social Sciences.

Keywords: homeless workers; way of life; temporary inhabit; power; culture; house; inhabit ethics.

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais motivações para a realização da pesquisa que resultou na tese de doutorado *Trabalhadores Sem Teto e Habitação Provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana* (Lopes, 1997a), foi desenvolver uma interpretação que privilegiasse uma leitura cultural desta realidade social.

Depois de ter empreendido uma análise histórico-política do movimento social dos favelados da Assembléia do Povo, em Campinas, no período 1979-1986 (Lopes, 1988; 1997b) foi possível perceber outros caminhos de continuidade da pesquisa e certos problemas relacionados à habitação, que ainda não estavam incorporados à discussão acadêmica.

O objetivo deste artigo é explicitar alguns desafios e descobertas nessa trajetória intelectual, discutindo, em linhas gerais, a elaboração metodológica da pesquisa do doutoramento, que visou analisar a existência de uma determinada cultura e ética do habitar - dos trabalhadores sem teto -, em conflito permanente com a dinâmica política e econômica da habitação provisória, especialmente dramática em países como o Brasil.

Advertimos não ser possível desenvolver, a contento, a articulação entre os conceitos no espaço deste artigo; por isto, nossa exposição se restringirá a uma síntese dos principais procedimentos teórico-metodológicos do doutoramento.

Ao lidar com uma ampla e representativa bibliografia das ciências sociais, foi possível constatar, entre outras questões, uma

lacuna importante nos estudos que relacionam casa e cultura, casa e subjetividade. Em outras palavras, pensar a casa como um universo de símbolos e valores de uma ética do habitar individual e social, estreitamente imbricadas nas dimensões políticas, econômicas e sociais, estas últimas mais reconhecidas pelas investigações acadêmicas sobre ocorrências de ocupações urbanas, por trabalhadores sem teto.

Um dos primeiros obstáculos foi o de construir uma reflexão na perspectiva de análise pretendida, sem poder recorrer a um debate acadêmico consagrado sobre cultura e ética do habitar ou a respeito das relações entre casa e subjetividade na bibliografia mais representativa em habitação. Isto se deve a algumas características da história das ciências sociais no Brasil, que influem também nos estudos deste tema tão amplo.

A partir do final da década de 70, período conhecido como de emergência de 'novos movimentos sociais' a conjuntura das lutas pela redemocratização do país, influencia significativamente o rumo das reflexões teórico-metodológicas das ciências sociais (Paoli *et al.*, 1984; Bruni, 1988; Sader, 1988).

Foi possível aos estudiosos reconhecer que os novos movimentos sociais eram fenômenos inéditos, porque seus participantes tornaram-se sujeitos sociais, construíram no cotidiano certas práticas políticas e culturais de mudança, de resistência contra a dominação e lutaram para ampliar os espaços existentes de participação política coletiva.

Estes movimentos propiciaram a intensificação do debate contra a tendência de interpretações estruturalistas que subordinam a realidade e os grupos sociais afetados pelos mais diversos problemas e contradições sociais, unicamente à lógica explicativa das determinações da economia, da industrialização, ou das políticas do Estado, para citar algumas delas. São análises que deixam de levar em conta os sujeitos sociais concretos, a visão de mundo e as experiências cotidianas que estabelecem com as macro determinações sociais da sociedade.

A significativa bibliografia existente sobre o assunto e a continuidade da discussão teórica comprovam a importância histórica destes acontecimentos políticos e sociais e sua influência para as ciências sociais. (Dagnino, 1994; Doimo, 1995; Telles, 1996; Wanderley, 1996).

Muitos autores concordam que aquele período de surgimento de novos movimentos sociais, criou mais uma consciência em relação às possibilidades de existência de novos direitos sociais frente ao Estado, e não conquistas democráticas efetivas para o conjunto das classes trabalhadoras, devido à tradição conservadora da cultura política do país.

A diminuição da sua presença na cena política, nos últimos anos, e um desencanto de certos setores quanto a seu impacto transformador mostram, a nosso juízo, exatamente que esta realidade não encontra amparo na legislação, extrapola a representativa liberal, demonstra que os condutos políticos e basicamente os partidos não conseguem canalizar sua força para projetos mais globais, e está exigindo dos estudiosos um esforço adicional de explicação dos fenômeno. (Wanderley, 1996:101)

Apesar da permanência de sérios obstáculos ao acesso a uma cidadania menos formal, é inegável o desenvolvimento de um conjunto de conquistas políticas e sociais populares que emergiram como marco e referência no universo das questões que envolvem uma gestão pública mais participativa e, portanto, mais democrática. (Bonduki, 1997; Fischer, 1997). Estas conquistas são objeto de reflexão contínua, e continuam estimulando campos de investigação em temas como poder local, reforma urbana, direitos de cidadania, mecanismos jurídicos-institucionais de participação. São inúmeros os periódicos de debates, em busca de formulação de novos paradigmas para a abordagem dos temas mencionados.¹

Porém, para efeito de nossos objetivos de análise, foi preciso levar em conta questões sociais de setores cada vez mais

amplas das classes trabalhadoras urbanas, que estão no limiar da exclusão social, entre a pobreza e a miséria absoluta, vivendo um modo de vida provisório, com trabalho e moradia incertos (Telles, 1992, 1993).

Diante do desafio, de negação sistemática à cidadania, foi fundamental definir conceitualmente o trabalhador sem teto como indivíduo e como integrante das classes trabalhadoras urbanas, sujeitos sociais subordinados a uma situação de exclusão social, mas em luta cotidiana pelo direito ao trabalho e à moradia, nas ocupações urbanas de Campinas e região.

É preciso sublinhar que a elaboração do referencial teórico-conceitual foi influenciada por vários autores, não necessariamente comungando os mesmos princípios de análise e correntes de pensamento. A articulação da discussão em seu conjunto motivou diretamente a organização da prática da pesquisa e a divisão de capítulos, cujos objetivos sintetizaremos a seguir.

No primeiro capítulo definimos a articulação entre conceitos centrais, como sujeitos sociais, modernidade, casa, cultura, ética do habitar, subjetividade e os mais diretamente relacionados a habitação e modo de vida provisório, assim como discutimos a metodologia da pesquisa. Entre os autores estudados podemos mencionar Bachelard, 1988; Frayse-Pereira, 1993; Figueiredo, 1995 e Paiva, 1997. Retomaremos esta discussão sobre o referencial teórico-metodológico mais adiante.

No segundo capítulo, interpretamos a breve existência da ocupação urbana da Vila Lídia (1994), em Campinas (SP), como um espaço de luta pela instituição de sujeitos sociais. Tratamos, por exemplo, da decisão e do segredo envolvido na preparação do ato de ocupar dentro do grupo familiar e coletivamente, dos primeiros dias na ocupação, dos grupos sociais vizinhos, da tensão física e moral vivida, da insegurança da espera no local do acampamento improvisado.

A análise das entrevistas com os trabalhadores sem teto nesta ocupação foram revelando, desde o primeiro capítulo, uma multiplicidade de aspectos do que estamos denominando cultura e ética do habitar, contida na busca incessante pelo direito à habitação.

No terceiro capítulo, problematizamos os despejos nas histórias-de-vida dos trabalhadores sem teto e como definem tais acontecimentos em suas vidas, uma vez que emergiram diferentes maneiras de se referirem aos despejos, para além da conhecida forma legal. Estas vivências desalojadoras se traduzem em relatos sobre despejos individuais/familiares, ou despejos coletivos, como no caso das reintegrações de posse expedidas pela justiça.

No quarto e último capítulo procuramos explicitar alguns símbolos de casa e fragmentos de devaneios do habitar (Bachelard, 1988), o imaginário do 'sonho' da casa própria dos ocupantes da Vila Lúcia. Nossa intenção foi desvendar o que falta para os trabalhadores sem teto se considerarem cidadãos da perspectiva da necessidade concreta de um teto para habitar a cidade/sociedade em que vivem, indissociável ainda do direito de habitar em si mesmos, do direito ao teto como abrigo de subjetividades dos sujeitos sociais.

O objetivo foi revelar como expressam o que não está sendo tematizado pelo conhecimento científico e pelos discursos políticos: o direito à cultura do habitar, impossível de se realizar no espaço de uma ocupação urbana e em outras formas precárias de moradia. Trata-se de uma forma de violência social que permanece invisível no espaço público, pelo modo de vida provisório.

Em suma, a tentativa da pesquisa foi demonstrar como tentam resistir à insegurança através de prática sociais coativas na ocupação urbana, revelando uma lógica de entendimento da cidade e da sociedade quase sempre distante da racionalidade dos discursos oficiais, ou mesmo da lógica de algumas teorias sociais.

2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA

A opção de metodologia de pesquisa parece uma decisão simples, porém implica em uma questão teórica e metodológica essencial, por estar intimamente relacionada ao debate das ciências sociais que diferencia o paradigma institucional daquele que pressupõe a análise da vivência cultural dos sujeitos sociais, do modo de vida e suas relações de poder cotidianas, como parte inquestionável do estudo da sociedade (Montes, 1983; Lobo, 1992).

Em outras palavras, significou evitar interpretar o 'objeto' de estudo - os trabalhadores sem teto vivendo em ocupações urbanas - apenas como resultado inevitável das macro determinações sociais, econômicas, políticas ou mesmo culturais.

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características 'estruturais', só que este procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. ... O único problema consiste em que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chamam a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade. (Sader, 1988: 38,39)

Houve um esforço, ainda, em não tomar o conhecimento do senso comum dos trabalhadores sem teto entrevistados apenas como ponto de partida da investigação social, para em seguida traduzi-lo em procedimentos teóricos a serem aplicados em qualquer tempo e espaço social. Consideramos o conhecimento do senso comum como parte essencial do paradigma que pretende estudar a sociedade levando-se em conta a cultura dos grupos e setores de classes pesquisados, bem como reconhecê-los em redes de poder e sociabilidades cotidianas, que constróem especificidades de resistências contra os processos de dominação a que estão submetidos.

Garcia (1994) entende a cultura como campo de práticas sociais, e não como mera reprodução da ordem social instituída, discute de maneira clara o descompasso que pode haver entre algumas teorias sociais e a experiência de vida dos trabalhadores urbanos. Neste caso, refere-se à discussão das ciências sociais a respeito dos processos de migrações do campo para a cidade e suas implicações nas questões de participação política.

Na recuperação analítica da criatividade da ação humana ... encontramos modos do pensamento contemporâneo reagir a certa configuração da teoria nas ciências humanas e sociais que praticamente retirou do horizonte da análise o homem como agente histórico. ... O traço essencial a destacar em sua análise refere-se a uma inversão de diagnóstico quanto ao problema da falta de participação dos trabalhadores urbanos em organizações políticas. A partir da perspectiva dos sujeitos da experiência, Durham nega a inadequação dos padrões culturais dos migrantes para a vida conforme a organização social moderna. Segundo a autora, inadequada é a ordem institucional através da qual se implanta a modernização no Brasil Na ótica da modernidade, a conduta dos setores populares é inadequada à sociabilidade urbana. Do ponto de vista das condições de vida dos setores populares, as instituições urbanas são inadequadas à organização e expressão de suas experiências de vida (Garcia, 1994:165-166).

O problema, portanto, está em evitar interpretar os sujeitos sociais a partir de uma visão de mundo exterior à sua cultura, ao seu modo de vida. A situação de assujeitamento, de insegurança social, como é o caso dos trabalhadores sem teto, não impede a existência de projetos de conquista de cidadania, nem o desejo de viver de acordo com uma ética e moral coerentes com seu universo cultural e simbólico, que dá sentido à sua existência social.

Porém, é preciso cuidado com as falas dos sujeitos entrevistados; elas são sedutoras, segundo Rita Paiva, mas são insuficientes para elucidar *as palavras e razões dos indivíduos*, é preciso que a perspectiva teórica do sujeito investigador seja explicitada, esteja

presente, porque *o ponto de vista cria o objeto* (grifos nossos). (Paiva, 1997: 194,195)

Como nosso objetivo principal foi construir uma análise sobre as relações entre casa e cultura, e na falta deste campo de debate nas ciências sociais, necessitamos refletir e definir estas e outras questões, como modernidade, sujeito, subjetividade, ética do habitar (primeiro capítulo), com uma bibliografia pertinente, mas com interesses diferentes do nosso objeto de estudo específico.

Bachelard foi um dos autores escolhidos porque pensa a intimidade do homem no espaço da casa no sentido simbólico, imaginário e subjetivo. Através da pesquisa de imagens poéticas - documentos poéticos -, criados pela literatura, poesia, pintura, privilegia sobretudo o estudo do espaço da casa associado a imagens da natureza. Acredita que, desta maneira intensifica os *valores da realidade* dos espaços íntimos de casa, quer dizer, valoriza os espaços vividos de casa representada na arte como conchas, ninhos, cabanas, castelos, cantos, entre outras imagens exaustivamente trabalhadas. (Bachelard, 1988)

A partir da filosofia fenomenológica, fundamenta a análise entre casa, intimidade e subjetividade, o que nos permitiu indagar a respeito de problemas como a extensão da expropriação dos conteúdos simbólicos e imaginários realizada pela cultura habitacional moderna.

Para o filósofo a casa é *permanência*, não fixação espacial ou temporal, mas valor ético, estimula a imaginação do homem, provoca evocações e devaneios em quem habita, sem serem definitivos quanto às imagens que o indivíduo pode criar, desejar na intimidade. (Bachelard, 1988:19)

Num determinado momento, o autor propõe que, à sua *leitura cósmica*, os psicólogos deveriam acrescentar uma *leitura social* em relação ao seu estudo de imagens de espaços íntimos (Bachelard, 1988: 63). Na verdade, nosso estudo resulta da decisão de

correr este risco da perspectiva sociológica, dialogando com outros campos de conhecimento que nos aproxima da relação existencial entre casa e sujeito, casa e cultura.

... pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nesta integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes ... Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. ... É preciso estudar constantemente como, por meio da casa, a terna matéria da intimidade recupera sua forma, a forma que tinha quando encerrava um calor primordial. (Bachelard, 1988: 26, 61-64)

Outros autores discutem a ética e o habitar, como pudemos descobrir em Figueiredo (1995), que relaciona Heidegger e Foucault. Em determinado ponto de seu artigo, indaga da perspectiva das pesquisas genealógicas, as infinitas possibilidades de relações *consigo* que se desenvolveram desde a antiguidade até nossos dias.

... haverá, para além destas variações e sem se opor a elas uma figura que metaforize a dimensão ética da existência em toda a sua complexidade e eficácia? Recorrendo aqui explicitamente a Heidegger proponho a casa, a morada, o habitar. Já no plano etimológico, "ethos" se refere tanto aos costumes como à morada, o habitar. Na verdade, hábitos e habitações compartilham a mesma raiz. (Figueiredo, 1995: 3,4)

Apesar de Bachelard e Figueiredo se situarem em campos de discussões bastante distintos, é possível perceber importantes pontos de contatos na preocupação em apontar a morada, a casa, como algo fundamental para a constituição de éticas e subjetividades dos indivíduos, com variações infinitas de possibilidades de *ethos*. A existência destas variações dependem do tempo e lugar a serem considerados, inclusive para estudos anteriores à história moderna.

O reconhecimento e familiaridade com o espaço que o homem encontrava na relação e unidade íntima e antiga entre casa-

aldeia, casa-cidade, casa-nação, quer nômades ou permanentes, foram banidas da sociedade industrial, da organização da cidade capitalista, lugar prioritário do mercado, da circulação da mercadoria e da crescente cientifização do real. (Matos, 1982)

A vida pública, portanto, é um complemento fundamental e não o único elemento para uma discussão sobre a dimensão ética do habitar. O processo de individuação e socialização do indivíduo na sociedade moderna, constantemente exigirá uma distinção e auto afirmação que procurará estabelecer nas relações entre casa e cidade, entre espaço íntimo e social, entre interioridade e exterioridade do mundo.

Hillman (1993), por exemplo, questiona as possibilidades de vivências de prazer e intimidade com o espaço público (experiência que define como *alma da cidade*) na sociedade contemporânea; para tanto, procura valorizar um conhecimento e cultura que tornem menos inconsciente a presença da cidade na interioridade do sujeito.

Enfim, esta é parte da discussão e autores que recorreremos para pesquisar o modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto, buscando entender como estão impedidos de 'habitar' em si mesmos e em sociedade, de praticar uma determinada cultura ética do habitar, devido à fragmentação de sua existência no cotidiano, expressa pelas reiteradas perdas de casas na cidade e, em toda a sua violência física e simbólica, como nos casos dos despejos individuais e coletivos.

3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Como indicamos anteriormente, o referencial teórico e metodológico foi influenciado inicialmente pelo estudo do movimento social dos favelados de Campinas, que lutaram contra os despejos e, depois, pelo direito social à terra urbana e urbanização de favelas, algumas com trinta anos ou mais de existência, conquistas estas traduzidas inclusive em lei municipal.

A análise dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986), que conquistou um importante espaço público no cenário político municipal e regional na época, foi realizada privilegiando as falas das lideranças das associações de favelas, em geral em situações de reuniões, assembleias, ou através de atas, boletins, panfletos e gravações.

Como nos anos 90, houve um crescimento intenso de ocupações urbanas e a alteração do perfil das migrações em Campinas e região, consideramos importante investigar um grupo de trabalhadores sem teto, em situação recente de ocupação urbana (Vila Lídia/1994) e sem visibilidade pública alguma, muito embora estes tenham tentado, em vão, criar uma situação política coletiva de reconhecimento público de sua luta pelo direito à habitação, como dezenas de outros grupos da cidade e região. Neste estudo, retomamos a questão social da habitação popular em Campinas, mas enfocando uma situação mais agravante de provisoriidade da moradia a ser conhecida e a perspectiva dos discursos a serem apreendidos.

Após decidirmos realizar entrevistas qualitativas, considerando a técnica de história-de-vida como a mais apropriada, marcamos vários encontros com cada trabalhador(a) sem teto, depois de várias visitas ao acampamento. Seguimos, inclusive, sugestões de entrevistar inicialmente os mais reconhecidos como representantes do grupo, mas praticamente sem vínculos com os setores políticos organizados da cidade.

Além da identificação inicial dos ocupantes para as entrevistas, um outro princípio orientou os encontros no espaço da ocupação, sempre fora das barracas de plásticos, baixas e pequenas: conhecer a história das vivências de moradias, lembranças de casas, desde a infância, até chegar na decisão de ocupar um terreno público, na Vila Lídia.

Também fez parte do roteiro das entrevistas o objetivo de obter relatos de devaneios, imagens, fragmentos de planos futuros de

moradia, através do conhecido termo popular 'sonho da casa própria', um recurso de pesquisa que se revelou importante para desvendar outros aspectos da ética do habitar dos trabalhadores sem teto.

Evidentemente, emergiram as trajetórias de trabalho de cada um, quase sempre relacionada a migrações, a acontecimentos familiares (casamento, doença, morte, nascimento de filhos, etc.), acompanhados de relatos sobre desalojamentos constantes de moradias.

Por reconhecermos não só os trabalhadores sem teto da ocupação da Vila Lídia como sujeitos sociais, recorreremos a uma outra técnica de pesquisa. Reproduzimos, sempre que possível, os depoimentos e descrições de situações de outros grupos de trabalhadores sem teto, mais especialmente os casos semelhantes de ocupações urbanas de Campinas e cidades da região.

Este material extraído da imprensa escrita e colecionado durante vários anos, demonstra o quanto a violência do modo de vida provisório na moradia atinge, com regularidade cotidiana e impunidade cada vez maior, amplos setores das classes trabalhadoras urbanas. Demonstra ainda, como estes trabalhadores tentam fazer valer, sem sucesso, seus valores culturais em momentos críticos de resistência contra asações de despejos coletivos nas ocupações urbanas.

Devemos lembrar que as temáticas aqui levantadas, como cultura, trabalho e investigações sobre subjetividade, sofrimento moral, universo simbólico e resistência, são amplamente reconhecidas nas ciências sociais, e abordadas, inclusive, do ponto de vista da saúde do trabalhador (Duarte, 1986).

Consideramos importante apresentar mais algumas idéias para enfatizar a necessidade de maiores debates sociológicos acerca das relações entre casa, cultura, habitação provisória e trabalhadores sem teto.

A maioria dos moradores de ocupações urbanas fica à mercê de despejos arbitrários - a 'reintegração de posse' -, sem poder assumir o financiamento de um lote popular, devido a vários critérios de 'cadastramento', alguns bastante discriminatórios. Quando são

aprovados, grande parte não consegue se manter como mutuário devido a limiaridade entre pobreza e exclusão social.

Inúmeras pesquisas acadêmicas demonstraram que a 'solução' de desfavelamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um engodo nacional notório, sem falarmos das constantes denúncias de corrupção no setor. Os favelados não conseguiram se transformar em 'cidadãos', ou seja, proprietários legais de suas moradias. Transferiram seus financiamentos 'populares' e voltaram para as favelas, desacreditando em projetos populares de moradia impostos (Valladares, 1980).

Os movimentos populares efetivamente modificaram muitos projetos públicos, avançando na direção de uma gestão mais democrática das políticas habitacionais. Mas, os problemas sociais, que se acumulam nesta área das políticas públicas, ainda deixam muito a desejar diante da crescente demanda por moradia, agravada pela recessão econômica e a crise de emprego dos últimos anos, além de outros fatores políticos e sociais.

Um dos resultados da nossa pesquisa, de acompanhamento de um grupo de trabalhadores sem teto (Vila Lídia), surgida e transferida no ano de 1994 para o loteamento Vida Nova, apontou a mesma realidade de décadas passadas. Um ano após a mudança, não pudemos retomar nenhuma das entrevistas previstas, uma vez que os ex-ocupantes não foram mais localizados nos lotes financiados pela Prefeitura/Cohab, tendo retornado, provavelmente, para outra situação de moradia provisória.

Os deslocamentos destes nômades urbanos resultam, em grande parte, de despejos individuais/familiares, quase sempre ocultados por vergonha, porque os sem teto acreditam que falharam quanto ao dever de ser um trabalhador 'honesto' e capaz de 'prover' a moradia, seja homem ou mulher o 'chefe' de família. Este tipo de despejo, traduzido pela relação locatário/locador, dificilmente é formalizado, juridicamente, a maioria deles fazem tratos informais com os

proprietários da moradia. O aluguel também é intensamente vivido como habitação provisória.

Este problema social é privatizado, tratado quase sempre como azar do destino da família despejada, por isto exige uma abordagem metodológica específica para entendermos a interpretação dos trabalhadores sem teto sobre estes acontecimentos. Indagado sobre alguma ocorrência de despejo em sua vida pessoal, a resposta, em geral, é negativa. Precisamos saber então se o entrevistado conheceu alguém que foi despejado. O que importa é saber como julga esta 'fatalidade', como constrói argumentos, valores, para expressar o que é moral e imoral, tanto a respeito da relação específica do inquilino com o proprietário, como do significado social e político destas ocorrências em seu cotidiano.

Quando o assunto é sobre o despejo coletivo diminui, mas não desaparece, a resistência em admitir a experiência individualmente, como nos casos de reintegrações de posse da propriedade expedidas pela justiça, contra as ocupações urbanas ou ocupações de prédios ou de casas em projetos habitacionais oficiais. Mesmo quando o entrevistado estiver falando do que entende sobre a vivência de despejo de um 'outro', é importante conhecer sua reflexão enquanto membro de um grupo social que enfrenta várias formas organizadas da habitação provisória.

É necessário ainda indagar se alguma vez se 'sentiram' despejados (despejo informal e maioria dos casos), pois nem sempre o que está em jogo nos depoimentos é a relação locador/locatário, mas relações familiares, de parentesco, ou de amizade.

Os relatos traduzem, muitas vezes, sentimentos profundos, uma vez que os vários tipos de despejos provocam revisões sobre o significado da vida de sujeitos que ficam sem um teto para morar, tanto quanto a experiência de desemprego, situação que também pode estar ocorrendo no momento da entrevista.

Das lembranças de casas desde a infância, e portanto, do modo de vida provisório, foi possível verificar como percebem e constroem uma determinada visão de cidade e sociedade. Em geral, estas lembranças traduzem experiências de rupturas sociais que eles acumularam nos vários tipos de moradias e locais em que tentaram permanecer.

Ao passarem por diferentes e contínuas tentativas de moradia, como o aluguel, a casa ou cômodo emprestado de parentes, os cortiços, as favelas, são vítimas de um sofrimento subjetivo, moral - 'cansaço mental', no dizer de um deles - pouco conhecido e investigado pelas ciências sociais.

Muitos vão literalmente parar na rua, perambulando pelas cidades, mas todos buscam a alternativa da ocupação urbana como último e desesperado recurso de resistência, para evitar a desorganização do núcleo familiar ou do que restou dele. Paradoxalmente, portanto, a ocupação urbana também aparece como uma tentativa de cultivar os projetos futuros da família.

Apesar da fragmentação política, diversidade e mesmo brevidade de muitas experiências de ocupações urbanas, há necessidade de considerarmos o conjunto geral destes fenômenos urbanos como tentativas constantes de os moradores sem teto instituírem movimentos sociais representativos, porque dependem de organização coletiva anterior, negociação e resistência política durante a permanência na ocupação, enquanto vivenciam dramáticas situações de insegurança no cotidiano.

É preciso reconhecer a legitimidade social deste imenso esforço reivindicatório por novos espaços políticos que universalizem direitos sociais; o pertencimento a uma vida pública que democratize a habitação e admita a presença atuante dos trabalhadores sem teto ('irracional', segundo as elites e muitos especialistas) no cotidiano da vida urbana do país. Admitir a presença, não como moradores sem teto, não a partir da situação de exclusão social a que estão submeti-

dos, mas da ótica da identidade de sujeitos sociais *com teto* que estão permanentemente tentando conquistar, instituir.

A visão de mundo dominante desconsidera a possibilidade de qualquer cultura, ética ou valor moral na situação de pobreza, base para a organização política que estes sujeitos sociais tentam construir nas lutas por moradia. Por isso, nossa análise preocupou-se em demonstrar que há uma ética do habitar entre trabalhadores sem teto, tanto quanto existe uma ética do trabalho, mesmo entre desempregados, questão amplamente debatida pela literatura das ciências sociais (Zaluar, 1985; Telles, 1992).

Acreditamos que a busca constante de uma 'casa' se traduz em múltiplas significações de identidades individuais e sociais, que se manifestam em questões complexas como:

- subjetivas, emocionais, pois o 'teto' contribui para proteger o direito ao segredo, à vida interior, possibilita uma intimidade singular com nossos pensamentos e imaginação, envolvidos em lidar continuamente com a complexa e tensa relação que vivemos entre o mundo exterior e o mundo interior;
- culturais, uma vez que 'casa' é sinônimo de família; neste caso, o espaço auxilia diretamente na ordenação de determinados valores éticos e morais para a hierarquia e convivência individual e social;
- devaneios de casa futura, de projetos de vida, revelados em imagens do habitar; almejar uma existência mais digna, um vir a ser de sujeitos sociais na conquista da cidadania;
- pertencer ao espaço público, expressão da luta política coletiva para estabelecer e cultivar sociabilidades com o local de moradia (o bairro), se inserir no universo da sociedade através da cidade em que vive. Entre os sem teto, significa também pôr fim ao sentimento de 'estrangeiro', de 'pária', de 'inimigo interno' da 'nação'.

Em geral, as políticas habitacionais não possuem qualquer relação com esta complexa expectativa da cultura do habitar, presente em histórias, lembranças e símbolos de casas e de trajetórias familiares, reveladas também através do imaginário social dominante: o tão propalado 'sonho da casa própria'.

Tivemos o cuidado, porém, de não entendê-lo literalmente, mas de acordo com as várias dimensões da ética do habitar. A dinâmica da lógica cultural que sustenta a incansável luta por uma moradia - um 'canto no mundo' -, mesmo que ilegal, não tem praticamente nenhuma correspondência com a lógica das políticas públicas e do mercado, muito menos com as críticas acadêmicas, ainda muito restritas ao paradigma de análise institucional.

Como a grande maioria destes trabalhadores sem teto está submetida ao modo de vida provisório e, portanto, vivenciando um despejo atrás do outro, enfrentam rupturas sociais diversas, seja nas relações de parentesco, de vizinhança, educacionais, de saúde, religiosas, incluindo um sofrimento moral e psíquico profundo, devidamente ocultado pela vergonha familiar e pelas estatísticas oficiais ou de mercado.

Estamos muito longe de, efetivamente, avançar na resolução deste '*apartheid* social'², uma vez que é insignificante o número de ocupações urbanas que podem contar com apoios e assessorias políticas permanentes, para resistir aos despejos e conquistar o direito à moradia.

A solução não é fixar definitivamente um domicílio - a 'sedentarização' dos trabalhadores sem teto - para se opor ao modo de vida provisório, mas, sim, defender a existência do direito, da autonomia, do sujeito social para decidir permanecer ou não numa determinada moradia. Ter canais políticos de negociação permanente para decidir os rumos e mudanças de sua vida individual e coleti-va.

A essência do problema não está apenas em disciplinar institucionalmente os espaços físicos para a habitação, mas em discutir se é possível viver uma cultura democrática de cidade sem

violentar a ética do habitar de setores cada vez mais amplos das classes trabalhadoras urbanas no país. Esta é uma discussão que, por não estar ainda desenvolvida, nos submete aos limites dos discursos, leis e normas do mercado e do Estado.

Talvez possamos enfrentar melhor esta brutal realidade, quando nos dermos conta do que perdemos em termos de significações sociais imaginárias e simbólicas de casa e, conseqüentemente, da importância da ética do habitar na vida de todos os indivíduos.

Trata-se de um patrimônio histórico incalculável, possível graças à diversidade de criação das culturas humanas, e desvalorizado pelas sociedades industriais modernas, posto que as prioridades das relações de mercado e de Estado são ditadas a partir do exterior dos princípios éticos e morais que organizam a vida dos homens em sociedade.

Embora tais princípios não sejam percebidos como uma questão social discutida, pensada e calculada objetivamente, continuam atuantes na imaginação do habitar (Bachelard, 1988) dos sujeitos sociais, influenciando em crenças e valores culturais que marcam o cotidiano de uma cidade, contradizendo muitas vezes a racionalidade político-econômica dominante, que pensa o espaço urbano apenas como ordem e progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo : Martins Fontes, 1988.
- BONDUKI, N. **As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- BRUNI, J.C. Há uma crise nas Ciências Sociais ? In: NETO, J.C.M., LAHERTA, M. (Org.). **O pensamento em crise e as artimanhas do poder**. São Paulo : UNESP, 1988.

- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz popular: movimento sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.
- DUARTE, L.F.D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro : CNPq, 1986.
- FIGUEIREDO, L.C. Foucault e Heidegger: a ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.7, n.1/2, 1995.
- FISCHER, T. **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FRAYSE-PEREIRA, J.A. **Identidade e modernidade: o lugar do segredo**. São Paulo : USP, 1993. Departamento de Sociologia, FFLCH-USP. (Cadernos CERU, n.4, série 2).
- GARCIA, S.G. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.5, n.1/2, 1994.
- LOBO, E.S. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, 1992.
- LOPES, D.A. Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana. São Paulo, 1997, 210p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade São Paulo, 1997a.
- LOPES, D.A. **O movimento da Assembléia do Povo e a crítica da 'marginalidade'**. Campinas : UNICAMP, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, UNICAMP, 1988.
- LOPES, D.A. **Marginais da História? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979-1986)**. Campinas: Alínea, 1997b.

- MATOS, O C. S. A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. **Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Editora Cortez, ano 2, no. 7, out/dez, p 45-52, 1982
- MONTES, M.L.A. **Lazer e ideologia**: a representação do social e do político na cultura popular. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, 1983.
- PAIVA, R. **Uma inserção no universo Bachelardiano**: o alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, 1997.
- PAOLI, M.C., SADER, E., TELLES, V.S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.6, p.129-149, 1984.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988
- TELLES, V.S. **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. São Paulo, 1992. - p. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH, USP, 1992.
- TELLES, V.S. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, n.19, p.8-21, jul./dez., 1993.
- TELLES, V.S. Questão social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, p. 85-95, 1996.
- VALLADARES, L.P. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- WANDERLEY, L.E.W. Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, p.96-106, 1996.
- ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo : Brasiliense, 1985.

NOTAS

- (1) Ver entre outros periódicos, Revista São Paulo em Perspectiva, Instituto de Formação e Assessoria em Políticas Sociais, PÓLIS, São Paulo.
- (2) O Plano Plurianual da Prefeitura de Campinas (1998-2001) aponta 300 mil habitantes na faixa da pobreza ou miséria absoluta, em cerca de 900 a 950 mil do total de moradores da cidade.

Em 1996, a média de ocupações urbanas foi de uma a cada dois dias, chegando a 180 no total. De janeiro a março de 1997, estes números aumentaram em 33,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Fonte dos dados: Prefeitura Municipal e Defesa Civil, 1997.